

Dialética e geografia em Antonio Gramsci

Marcos Aurélio da Silva*

Resumo:

O artigo aborda o caráter geográfico dos ensaios de Antonio Gramsci polemizando com a tese de que esta característica tenha por função forjar uma alternativa à filosofia da história de extração marxista.

Palavras-chave: Antonio Gramsci; geografia; dialética; processo histórico.

Dialectic and geography in Antonio Gramsci

Abstract:

This article discusses the geographical character of Antonio Gramsci's essays, arguing against the thesis that this aspect of his work has the function of forging an alternative to the Marxist philosophy of history.

Keywords: Antonio Gramsci; geography; dialectic; historical process.

Introdução

Não é sem espanto que um geógrafo qualquer inspirado no materialismo histórico, ou mesmo um sociólogo do território, habituado com as relações entre este campo do saber e o marxismo, se põe a ler um ensaio que Carlos Nelson Coutinho (1994) trouxe a público nos anos 90, tratando das relações entre o comunista sardo e as Ciências Sociais. Com efeito, ali encontramos, após uma acertada asserção de que a Gramsci coube uma crítica ontológica das Ciências Sociais particulares, a tese de que nosso sardo fornece também grande contribuição para o desenvolvimento renovado destas ciências – entre as quais aparecem citadas a Sociologia, a Antropologia, a Literatura, a Linguística, a Pedagogia, a Historiografia e, não sem alguma relativização, até a Economia. Em momento algum, todavia, fala-se da Geografia.

O que explica tal esquecimento? Seria ele um efeito do fato de a Geografia, como o disse Chatelet (1989), figurar, já bem avançado o século XX, como um

* Doutor em Geografia Humana. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis-SC, Brasil. End. eletrônico: maurelio@cfh.ufsc.br

“‘parente pobre’ dos conhecimentos para o pensamento especulativo”? Em se tratando de um autor bem informado como Carlos Nelson Coutinho – também ele um dos principais conhecedores brasileiros da obra de Antonio Gramsci –, não é uma hipótese a ser desconsiderada; o que significa dizer que tudo o que de geográfico aparecesse na obra de Gramsci devesse antes e simplesmente ser associado à Ciência Política.

Não obstante, foi no campo da Geografia que Giorgio Baratta (2011) encontrou a grande força dos textos de Antonio Gramsci. Sem descuidar de ler nosso autor como um “pensador adisciplinar”, e partindo dos estudos acerca da cultura imperialista de Edward Said, Baratta irá se referir ao “forte sentido geográfico”, o “sentido espacial de descontinuidade” (Baratta, 2011: 67) dos ensaios gramscianos. Malgrado o acerto desta observação, valeria, entretanto, indagar: é acertada a tese de que esse sentido geográfico, não raro evidenciado pela teoria da hegemonia, equivale, em Gramsci, a uma morte da dialética ou, menos radicalmente, a sua reforma? (Baratta, 2011: 260-261)

Que geografia há em Gramsci?

Em uma das cartas ao filho Giuliano, Gramsci lembrou que na infância costumava consultar o atlas geográfico e outros livros “que explicassem os costumes dos países por onde passava o paralelo 34° Sul” (Gramsci, 2005 b: 417). Uma passagem assim certamente poderia avalizar sem demora o argumento de que é cara ao nosso sardo uma visão mais contrapontística – que valoriza não a contradição (histórica), mas as distinções (geográficas) – que dialética do mundo (Baratta, 2011). E nem julgemos que na escola de cultura geral do cárcere de Ustica, Gramsci lecionou justamente história e geografia (Gramsci, 2005 a: 102).

Apoiada no admirável ensaio “Alguns temas da questão meridional”, a tese, todavia, merece discussão um pouco mais ampla. E a exegese dos argumentos deste texto, mas também de outros a ele relacionados, poderá servir aqui como um bom guia. Vejamos.

A discussão ali é dominada pelas dificuldades para levar a efeito a aliança operário-camponesa na Itália. Ela que, bem-sucedida na Rússia, havia sido o problema central no malogro do movimento proletário alemão e húngaro -que não foi seguido pelo “estrato dos camponeses pobres” (Gramsci, 1987: 81). E, entre os obstáculos a enfrentar, figura a influência da posição positivista, para quem o atraso do Sul italiano devia-se às características do povo (basicamente camponês, registre-se): “seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural” (Gramsci, 1987: 139). Este ponto de vista, já presente desde a década de 70 do século XIX, no exemplo das associações entre revolta popular e doença mental de Cesare Lombroso (Gramsci, 2002:

129 e145), é agora fortemente veiculado por integrantes do Partido Socialista (Gramsci, 1987: 140). E isso na esteira de um período de forte expansão capitalista (entre 1903 e 1913) que, todavia, não alterou as condições sociais da região meridional, conhecida por *Mezzogiorno*.

O debate sustentado por Gramsci, para além de alvejar a espessa fumaça positivista, e até aquela lançada por uma burguesia liberal mais esclarecida, portadora de teses reformistas para o campo da zona meridional, tem direção política precisa. Tolicite tentar forjar “na Itália meridional um estrato médio independente de caráter econômico”, capaz de limitar “os cruéis arbítrios dos proprietários” e moderar “o insurrecionismo dos camponeses pobres”. Retomando a formulação de que os “problemas de classe... tendem a se tornar problemas ‘territoriais’” (1987: 88), Gramsci protesta:

O nó das relações entre o Norte e o Sul, no que se refere à organização da economia nacional e do Estado, é tal que o nascimento de uma classe média de natureza econômica (o que significa o nascimento ulterior de uma burguesia capitalista difusa) torna-se quase impossível. Qualquer acumulação de capitais e de poupanças na região é impossível em virtude do sistema fiscal e alfandegário e do fato de que os capitalistas proprietários de empresas, por não serem da região, não transformam seus lucros em novo capital, transferindo-os para outras localidades (Gramsci, 1987: 159-160).

Eis que, para além da antropologia, os problemas do Sul têm suas origens no capitalismo e seu desenvolvimento territorialmente desigual. Porém, sem desvalorizar as relações econômicas, como ele mesmo escreveu, “as ideologias não criam ideologias, as superestruturas não geram superestrutura a não ser como herança de inércia e passividade” (Losurdo, 2006: 148), não são apenas elas que interessam a Gramsci. Trata-se de pensar a superestrutura que *se articula* a esta forma territorial da luta de classes -ou, como ele irá definir nos escritos carcerários, tratando do conceito de *bloco histórico*, trata-se de pensar a “unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos” (Gramsci, 1989: 12), que se põe diante da luta proletária na Itália. Ao fim e ao cabo, é todo o problema da *hegemonia*, do domínio não tanto direto e pela força armada, mas como “direção intelectual e moral” (Gramsci, 2002: 62).

Afinal, o *Mezzogiorno* figura como “um grande bloco agrário constituído” pela “grande massa camponesa, amorfa e desagregada”, o estrato intelectual “da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais” (Gramsci, 1987: 154). E, o que há de mais dramático, um bloco que está abraçando com ímpeto, desde o fim da expansão capitalista do período 1903-1913 – tanto quanto a direção do novo sindicalismo, mussolinista e meridionalista –, a guerra e o fascismo. Só há uma saída na visão de Gramsci e

do grupo dirigente comunista que desde o Congresso de Lyon está à frente do PCI: a aliança operário-camponesa, aqui com fortes traços territoriais.

Aliás, é possível agora entender também a crítica que abre as discussões de “Alguns temas.” Ela é endereçada aos “intelectuais de farmácia” da revista *Quarto Stato*, de orientação socialista, que inescrupulosamente acusaram os comunistas de Turim de apego à “fórmula mágica” da divisão das terras incultas. Não se trata da “repartição mecânica do latifúndio”; qualquer subdivisão das terras está, antes, “subordinada à ação solidária” entre “os operários do Norte e os camponeses do Sul para derrubar a burguesia do poder do Estado” (Gramsci, 1987: 138). Sem embargo, é ainda aqui que aparece o distanciamento frente à extrema esquerda bordiguiana, apegada a uma “espécie de corporativismo” no trato da questão agrária (Gramsci, 1987: 133), bem como, são claras as páginas dos Cadernos, a crítica à corrente a qual se alinhavam Trotski e aqueles próximos a Rosa Luxemburgo (Parvus) na Revolução de Outubro, para quem a solidariedade com os camponeses não passava de “uma coisa abstrata, de laboratório científico”, uma “etiqueta literária e intelectualista” (Gramsci, 2002: 86).

Vejamos um pouco mais de perto este problema, investigando o que Giorgio Baratta (2011: 307) chamou de “o esquema de raciocínio territorial gramsciano”; aplicado, segundo ele, “tanto aos grandes espaços (Norte e Sul da Itália) como aos espaços particulares (cidade e campo de toda realidade local)”.

Já nas páginas do Informe sobre o Congresso de Lyon, redigidas em janeiro de 1926, a questão agrária é apresentada seguindo quatro agrupamentos espaciais fundamentais.

Um primeiro deles, localizado na fronteira norte-leste, quase divisa com a então Iugoslávia, dizia respeito à “massa dos camponeses eslavos da Istria e do Friuli”, para os quais o problema da organização deveria estar “estritamente ligada à questão nacional” (Gramsci, 1987: 129). Outro agrupamento, também localizado ao norte, diz respeito ao movimento camponês “que tem sua base especialmente no Piemonte”, um agrupamento “não-confessional e de caráter mais estritamente econômico”, para o qual “vale a aplicação dos termos gerais da tática agrária do leninismo, dado também o fato de que tal agrupamento existe na região em que existe um dos centros proletários mais eficientes da Itália” (1987: 129). No cárcere, Gramsci discorre um pouco mais sobre a questão agrária nessa região, insistindo que “a existência de um problema agudo de assalariados rurais no Vale do Pó se devia em parte a causas extra-econômicas”. Quais sejam: 1. uma superpopulação relativa, “que não encontrava uma saída na emigração, como no Sul, e era mantida artificialmente com a política de obras públicas”; 2. a política dos proprietários, que não querendo “consolidar a população trabalhadora numa única classe de assalariados rurais ou de meeiros”, alternavam “arrendamento e

meação” para extrair dividendos políticos e sociais (Gramsci, 2002: 77-78).

Os dois agrupamentos seguintes “são de longa data os mais importantes” e os que exigiam “a maior atenção do partido”. São eles: “1. a massa dos camponeses católicos, agrupados na Itália central e setentrional, que são mais ou menos diretamente organizados pela Ação Católica e pelo aparato eclesiástico em geral, isto é, pelo Vaticano; 2. A massa dos camponeses da Itália meridional e das Ilhas” (Gramsci, 1987: 129-130). No primeiro grupo, trata-se de “favorecer as formações de esquerda” que estão emergindo em razão da “crise geral iniciada já antes da guerra”, devendo-se ter o cuidado de “explicar os conflitos que nascem no terreno da religião como derivados dos conflitos de classe”, de modo a evitar os “movimentos ideológicos de natureza estritamente religiosa” (1987: 131). No que se refere à massa dos camponeses do *Mezzogiorno*, onde “o caráter artesanal do trabalho agrícola era muitíssimo evidente” (Gramsci, 2002: 77), resta que, “após o proletariado industrial e agrícola da Itália do Norte”, se trata do “elemento social mais revolucionário da sociedade italiana” (Gramsci, 1987: 130-131). Assim o demonstravam “as agitações dos camponeses ex-combatentes” durante o biênio vermelho (1919-1920), e que suscitaram nos latifundiários sicilianos, frequentemente com cidadania espanhola, ameaças de separatismo -a rigor já a reação ao “fanatismo unitário” fomentado desde os gabinetes Crispi (1887-1891 e 1893-1906), origem também das “primeiras células de um nacional socialismo”, que na década de 10 começa “se desenvolver impetuosamente” (Gramsci, 2002: 71).

E aí está a urgência da solidariedade de classe -ou, para usarmos os léxicos referidos por Gramsci quando da discussão do *Risorgimento* italiano, a urgência de um novo bloco histórico, de uma nova formação (Gramsci, 2002: 76). Mas, justamente porque se trata de uma unidade entre a natureza e o espírito, a estrutura e a superestrutura, a propriedade e os intelectuais, é que se deve ter cautela contra os rápidos desfechos. Isso porque os intelectuais, por “sua própria natureza e função histórica”, se “desenvolvem lentamente”, especialmente “o intelectual nascido no terreno do camponês” (Gramsci, 1987: 164). E, embora se trate sempre de “uma relação dialética entre as duas ações”, na maior parte das vezes “convém iniciar o movimento pelos intelectuais”, seja em razão da “dispersão” e do “isolamento da população rural”, seja em razão de que o elemento camponês dificilmente aceita o “enquadramento burocrático” da forma partido (Gramsci, 2002, 76).

Compreende-se agora o que fora então um embrião da tática comunista ainda antes da cisão de Livorno (que deu lugar ao PCI no ano de 1921), a saber, a tentativa de lançar Gaetano Salvemini, então “o expoente mais avançado, em sentido radical, da massa camponesa do Sul”, como candidato dos camponeses das Pulhas (Bari) (Gramsci, 1987: 141), mas também, já no ano de 1924, em

pleno regime fascista, a insistência de Gramsci de que a fase em curso não era a da “luta direta pelo poder”, mas antes “uma fase preparatória”, “em suma, uma fase de agitação, de propaganda, de organização” (Gramsci, 1987: 105).

Não obstante, ainda uma questão é necessária para bem entendermos o programa da aliança operário-camponesa gramsciano. Um ponto que, aliás, é não só crucial para demarcar a territorialidade assente nos textos de nosso sardo, mas mesmo a atualidade ontológica -capaz de apreender “a historicidade, o caráter processual, a contraditoriedade dialética” (Lukács, 1981: 97)- de suas categorias. Gramsci não se refere apenas ao camponês stricto sensu. Com uma já adiantada “política de fabricar o fabricante”, levada a efeito através da “guerra de tarifas contra a França” e do “protecionismo alfandegário”, e cujo resultado fora “lançar o *Mezzogiorno* e as ilhas numa crise comercial tremenda” (Gramsci, 2002: 70), os camponeses foram já expropriados em larga maioria. Não obstante, uma vez que a Itália, a despeito de todo avanço industrial, dispunha de uma economia “ainda imatura”, até mesmo dependente do “capital estrangeiro para suas próprias e limitadíssimas necessidades” (2002: 70), compreende-se que essa enorme massa expropriada não se convertesse imediatamente no proletariado industrial.

Assim é que, quando em 1919 os comunistas sardos atuam junto à associação “Jovem Sardenha” -convocada em Turim pelos sardos que habitavam o Piemonte, com a finalidade de exercer pressão sobre o governo quanto às promessas feitas aos soldados durante a guerra-, seus esforços estão dirigidos a uma massa de “gente pobre, populares sem qualificação distinguível, serventes, pequenos pensionistas, ex-carabinieri, ex-guardas carcerários, ex-fiscais alfandegários, que exerciam pequenos e variadíssimos negócios” (Gramsci, 1987: 143). É isto para alertar quanto aos perigos de formar “um bloco com os senhores da Sardenha”, os mesmos que os “arruinaram e que são os guardiões locais da exploração capitalista” (1987: 143). O mesmo acontece com a atuação junto à brigada Sassari, chamada a Turim quando da ocupação das fábricas em 1920, amplamente formada por sardos que já haviam combatido o proletariado turinês nos levantes de 1917; ou ainda junto aos *carabinieri*, um corpo de soldados especiais com funções de polícia militar, enviados a Turim com o mesmo propósito no ano de 1922 (1987: 145-146).

Na verdade, todas essas ações são um desdobramento particular e necessariamente articulado, da atuação que se fazia junto ao proletariado mais avançado, como fica patente na rejeição da proposta da direção da Fiat aos operários de Turim e da Emilia após a ocupação das fábricas, que tentava fazer com que estes “assumissem a gestão da empresa em forma de cooperativa” (1987: 146). Insistindo se tratar de um aspecto do reformismo do governo Giolitti, à frente do parlamento desde 1920, com o apoio da grande burguesia em pânico “diante do impetuoso movimento das massas populares” (1987: 151), os comunistas

irão alertar contra o perigo do corporativismo e as divisões Norte-Sul no seio do proletariado, bem como acenar para a aliança entre os operários qualificados e os serventes, além das comissões de fábrica (1987: 151 e ss.). Aliás, partindo das conquistas junto à brigada Sassari, Gramsci irá insistir:

não só devem ser superadas as distinções existentes entre as diversas profissões, como também é necessário, para que se conquistem o consenso e a confiança dos camponeses e de algumas categorias semiproletárias da cidade, superar alguns preconceitos e vencer certos egoísmos que podem subsistir, e subsistem, na classe operária como tal, mesmo quando já desapareceram de seu seio os particularismos de profissão. O metalúrgico, o carpinteiro, o operário da construção civil, etc. devem pensar não só como proletários e não mais como metalúrgico, carpinteiro, operário da construção, etc., mas devem ainda dar um passo à frente: devem pensar como membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se auxiliada e seguida pela grande maioria daqueles estratos sociais. (1987: 146).

Certamente o problema da aliança com o camponês semiproletarizado, ou nem isso, é ainda mais dramático no Sul e na zona de hegemonia católica. São estes os lugares por excelência das “cidades do silêncio” (Nápoles, Roma etc.) -aquelas que, embora figurem entre as maiores cidades italianas, não são cidades industriais, não resultam de “um fenômeno de desenvolvimento capitalista e da grande indústria” (Gramsci, 2002: 87). Daí a presença, nessas cidades, de “núcleos do tipo urbano moderno” que, por uma espécie de combinação, vivem “submersos, comprimidos, esmagados pela outra parte, que não é do tipo moderno e é a grande maioria” (2002: 88). E, ainda mais terrivelmente, a presença de uma “unidade ideológica” contra o campo, “da qual não escapam nem mesmo os núcleos mais modernos por sua função civil”; “o ódio e o desprezo contra o ‘camponês’, uma frente única implícita contra as reivindicações do campo, que, realizadas, tornariam impossível este tipo de cidade” (2002: 88).

E eis que aqui chegamos ao centro da questão territorial em Gramsci. As cidades do silêncio, originalmente cidades medievais, careceram todas elas das normais relações históricas entre cidade e campo, tal qual criadas pelo desenvolvimento do capitalismo em todos os países do mundo; no quadro da sociedade nacional, estas relações são agravadas e radicalizadas pelo fato de que econômica e politicamente toda a zona meridional e das ilhas funciona como um intenso campo diante da Itália do Norte, que funciona como uma imensa cidade (Gramsci, 1987: 131).

Entende-se agora que se tenha insistido que em Gramsci, a “territorialidade deve ser entendida do mesmo modo que a dos países submentidos à dominação

imperialista” (Parlato e Felice, 1987: 45). Mas não é apenas isto. Também no quadro das relações internacionais, a época em que esse processo ganha forma -a época das lutas para a unificação nacional- é já aquela em que a “Europa capitalista, rica de meios e chegada ao ponto em que a taxa de lucro começava a mostrar tendência à queda, tinha necessidade de ampliar a área de expansão de seus investimentos rentáveis” (Gramsci, 2002: 70). Ou seja, trate-se já da era do capitalismo imperialista.

Chegado este ponto, podemos extrair uma primeira conclusão. Embora a geografia, ou o esquema territorial de Antonio Gramsci, como o disse Baratta, atente tanto para os grandes quanto para os pequenos espaços, a centralidade de sua noção está inteiramente apoiada na noção de bloco histórico. E isso em recortes espaciais que, certamente articulados entre si, incluem toda a Europa (imperialista), o Estado nacional italiano (industrial capitalista, com forte concentração no Norte), e ainda a região do *Messogiorno* (um monstruoso bloco agrário), central na luta hegemônica que então ocupava a corrente comunista italiana.

Dito isto, e uma vez que o próprio Gramsci claramente associa *bloco histórico e formação social* (2002: 76), cabe indagar: não estaríamos já diante do lançamento do que, décadas mais tarde, Milton Santos (1977; 2008) viria chamar – com recortes espaço-temporais muito semelhantes aos de nosso sardo – de formação socioespacial?

Considerações finais

Se nos pusermos de acordo com o pressuposto esboçado linhas acima, qual seja, o de que o esforço analítico de Antonio Gramsci esteve especialmente concentrado na necessidade de desdobrar para a especificidade italiana a aliança operário-camponesa que conheceu sucesso na Revolução de Outubro, a tese implícita nos argumentos de Giorgio Barata não pode senão resultar excessiva. Com efeito, uma associação direta entre especificidade geográfica e reforma que valoriza mais as distinções (geográficas) que as contradições (históricas), não abriria caminho para uma leitura que, cultivando a negação da filosofia marxista da história, e, sobretudo, a negação do processo histórico levado a efeito pelo marxismo da Terceira Internacional, colocaria Gramsci ao lado de autores cuja filosofia se assenta em qualquer forma de culturalismo? Um Isaiah Berlin, seguidor de Herder (Jahanbegloo, 1996), por exemplo.

Não se trata evidentemente de desconhecer as dificuldades com que se depara a luta operária no período histórico em que Gramsci escreve. Partindo do Marx (1987) que se deparou com a contrarrevolução encarnada pela burguesia renana em 1848, mas também levando à frente a tese leniniana da decomposição do capitalismo na fase imperialista (1987), Lukács (1981) irá se referir a um

período de decadência ideológica. Gramsci certamente está além desta leitura. Tratar-se-ia de uma fase de “revolução passiva”, ou uma “revolução restauração”, segundo a definição que nosso sardo deu para transições capitalistas como as realizadas pela Alemanha e pela Itália, mas até mesmo para a “época histórica” que principia com o fordismo nos Estados Unidos (Gramsci, 2001: 242; 2002: 84).¹ Revoluções que são “a expressão prática das necessidades da ‘tese’ de desenvolver-se integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar ‘superar’”; ou seja, quando “na oposição dialética só a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, até atrair para si os chamados representantes da antítese” (Gramsci, 1989: 77).

Difícil dizer que aqui se esteja diante de uma morte da dialética, e nisto até mesmo Baratta parece estar de acordo, opondo-se aos que se entregam a uma leitura liberal de Gramsci (2011: 261). Mas é possível sustentar essa tese se se fala de “um deslize da dialética... ao contraponto” (2011: 259)? E, mesmo se se fala em contradições, não seria esta uma forma de esmaecê-las em favor de processos melhor conceituados como oximoros, segundo definiu o próprio Baratta (2011: 259-260)? Com efeito, e parece ser esta a crítica que o endereça Frosini (2011: 396), embora a chave da revolução passiva -e as noções de “transformismo” e de “modificações moleculares” a ela associadas- não seja aquela da “decadência ideológica”, tão esquecida da “advertência de Marx contra o esquematismo de uma visão reduzida da sociedade como única e indiferenciada ‘massa reacionária’” (Losurdo, 2006: 190), em Gramsci ela não parece ser outra coisa senão “critério interpretativo” (Gramsci, 1989: 77). Por outras palavras, é a perspectiva da totalidade histórica -dos processos marcados por saltos qualitativos, na linha que segue de Hegel a Marx (Losurdo, 1998)-, que continua no centro de suas preocupações.

Aliás, se é verdade que “Alguns temas” representa já uma “consciência territorial mais madura que diz respeito ao mundo inteiro, submetido às divisões do colonialismo e do imperialismo” (Baratta, 2011: 211), então é precisamente ao Gramsci que no longínquo dezembro de 1917 escreve com entusiasmo o artigo *A revolução contra o capital* (2004: 126-130) que parece ser sugestivo voltar (Losurdo, 2006). E o mesmo deve ser dito para as reflexões acerca da hegemonia estadunidense, bem como para aquelas em torno da “alternativa histórica entre revolução ativa e passiva”, na medida em que também elas, no dizer de Baratta, encerram a mesma consciência territorial, agora manifesta na forma do “confronto espacial-territorial” entre “Itália, Europa, América, União Soviética” (2011: 47).

¹ Embora diga respeito a outro período histórico, o conceito é também utilizado para a Inglaterra de Cromwell, e isto a despeito “da extrema energia dos jacobinos ingleses” (Gramsci, 2002: 84).

Com efeito, e não obstante as observações críticas com o andamento da Revolução de Outubro, como a desaprovação da virada staliniana, revelada em resposta à pergunta que, sob orientação do PCI, o irmão Gennaro lhe põe no cárcere da cidade de Turi em junho de 1930 (Gramsci, 2005 a: 428), toda a teoria da hegemonia de nosso sardo, e as diferentes territorialidades que ela encerra, parecem estar em linha com a revisão leniniana da revolução socialista. Acompanhemos aqui Domenico Losurdo (2006: 161). É que, diante da derrota da revolução na metrópole capitalista – lembremos os casos alemão e húngaro, antes referidos –, tornara-se completamente desatualizada a tese – originalmente referida por Marx ao tratar da revolução nacional e agrária irlandesa- de que a Revolução de 17 seria um prelúdio para a revolução mundial. Ora, é ao lado desta revisão leniniana, nunca aceita por Trotski, que se coloca Antonio Gramsci.

Daí se compreender, insiste Losurdo (2006: 162), tanto suas referências ao caráter de longo prazo das transformações no Ocidente, quanto o seu chamamento a um cuidadoso exame do caráter nacional que este processo implica. Mas também, e num registro que igualmente se distancia do mecanicismo da II internacional, a valorização que faz do socialismo em um só país a que são forçados a se entregar os bolcheviques. E isso malgrado a defesa da NEP (a Nova Política Econômica, em vigor na URSS entre 1921 e 1928) implícita na resposta ao irmão Gennaro, que mesmo carente de uma avaliação geopolítica mais acurada -como afinal a realizada pela direção bolchevique, que tinha muito presente a iminência do ataque hitlerista (Losurdo, 2010)-, fora a seu modo uma forma de pôr a questão do longo prazo e da hegemonia, agora nos quadros de uma formação oriental.

Mas vale insistir: falar de socialismo em um só país não significa de modo algum perder de vista a questão internacional. E esta é uma perspectiva patente na diferença que Gramsci estabelece entre Trotski e Lenin. O primeiro, “que aparece como um ‘ocidentalista’, era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu”, enquanto o segundo “era profundamente nacional e profundamente europeu” (Gramsci, 1989: 74). Ora, se temos em conta que é exatamente esta noção de internacionalismo que Gramsci valoriza em Lenin, então é em linha com o próprio internacionalismo praticado pela nação soviética que está Gramsci -um internacionalismo que se afasta de todo cosmopolitismo para enfrentar o projeto colonial nazifascista, bem como entregar apoio aos processos de descolonização no curso da Guerra Fria (Losurdo, 2004; 2010). Assim é que a dimensão internacional de sua noção de territorialidade não é outra coisa senão a da luta anticolonial e antiimperialista, forma com que se apresenta o movimento da totalidade histórica século XX adentro.

E seriam estas hoje formulações gastas? As categorias que as sustentam -bloco histórico, formação social, hegemonia- têm sua serventia apenas para os longínquos anos 20, 30 ou o período da Guerra Fria? Eis que aqui é o próprio Baratta que tem razão ao afirmar que o “fim da Guerra Fria provocou a retomada maciça do colonialismo, do imperialismo, e do terrorismo” (Baratta, 2011: 26), enquanto, todavia, parece se equivocar ao tentar adiantar que, nos dias que correm, “Não existe um país socialista” (2011: 203). Sem que seja necessário nos alongarmos neste ponto, basta lembrar a impressionante China, que cumpre uma das principais tarefas do processo de descolonização – ainda em curso –, a saber, a quebra do monopólio tecnológico do centro imperialista, e isto por meio de uma redefinição do curso revolucionário – presente também no Vietnã e mesmo em Cuba (Casati, 2012) – que lembra a defesa gramsciana da NEP (Losurdo, 2006). E não seria também o caso de perguntar, para abrir um pouco mais o leque de exemplos desse movimento da totalidade, sobre as recentes mudanças na América Latina, em cujos países mais avançados podemos ver a emergência desta “gente pobre” e “sem qualificação distinguível” – certamente melhor compreendida a partir da categoria dos subalternos esposada pelo próprio Gramsci (2002: 127 e ss.) –, para o mundo da política?

Parece que, num e noutra *processo histórico* -lidos sem a ambição da “complexidade e do acabamento”, afinal “inconciliáveis com a historicidade ontológica do ser” social (Lukács, 1981: 102)- é a própria atualidade ontológica das categorias gramscianas aqui sob análise que se confirma.

Bibliografia

- BARATTA, Giorgio (2011). *Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. São Paulo: Ed da Unesp.
- CASATI, Bruno (2012). Cuba, Vietnam, Cina: è tornata la NEP. In: *Gramsci Oggi* – Rivista di Política e di Cultura della Sinistra di Classe. Giugno, pp. 22-23.
- CHATELET, François (1989). Hegel e a geografia. *Geosul*, n. 7, pp. 45-62.
- COUTINHO, Carlos Nelson (1994). Gramsci, o marxismo e as ciências sociais. In: *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. São Paulo: Cortez.
- FELICE, Franco de; PARLATO, Valentino (1987). Introdução. In: GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 13-57.
- FROSINI, Fábio (2011). As rosas e os Cadernos em contraponto. In: BARATTA, Giorgio. *Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. São Paulo: Ed da Unesp.

- GRAMSCI, Antonio (2005b). *Cartas do Cárcere*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2005a). *Cartas do Cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2004). A Revolução contra O capital. In: *Escritos Políticos*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2002). *Cadernos do Cárcere*. Vol 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2001). *Cadernos do Cárcere*. Vol 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1989). *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (1987). *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JAHANBEGLOO, Ramin (1996). *Isaiab Berlin: com toda liberdade*. São Paulo: Perspectiva.
- LENIN, Vladimir Ilich (1987). *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4 ed. São Paulo: Global.
- LOSURDO, Domenico (2010). *Stalin: história crítica de uma lenda negra*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____ (2006). *Antonio Gramsci: do liberalismo ao “comunismo crítico”*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____ (2004). *Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____ (1998). *Hegel, Marx e a tradição liberal*. Liberdade, igualdade, Estado. São Paulo: Unesp.
- LUKÁCS, Georg (1981). *Sociologia*. São Paulo: Ática.
- MARX, Karl (1987). *A burguesia e a contra revolução*. São Paulo: Ensaio.
- SANTOS, Milton (2008). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6 ed. São Paulo: Edusp.
- _____ (1977). Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, pp. 81-99.